



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONCURSO PÚBLICO

003. PROVA OBJETIVA

AGENTE DE PROMOTORIA – ASSESSORIA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a charge para responder às questões de números 01 e 02.



(www.chargeonline.com.br. Adaptado)

01. Tendo como referência a norma-padrão da língua portuguesa, a lacuna na fala da personagem deve ser preenchida com

- (A) inexistia
- (B) não se viu
- (C) não haviam
- (D) faltaram
- (E) estava ausentes

Leia o texto para responder às questões de números 02 a 08.

Na Flip, como na Copa

RIO DE JANEIRO – Durante entrevista na Festa Literária Internacional de Paraty deste ano, o cantor Gilberto Gil criticou as arquibancadas dos estádios brasileiros em jogos da Copa das Confederações.

Poderia ter dito o mesmo sobre a plateia da Tenda dos Autores, para a qual ele e mais de 40 outros se apresentaram. A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa: classe média alta.

Na Flip, como nas Copas por aqui, pobre só aparece “como prestador de serviço”, para citar uma participante de um protesto em Paraty, anteontem.

Como lembrou outro dos convidados da festa literária, o mexicano Juan Pablo Villalobos, esse cenário é “um espelho do que é o Brasil”.

(Marco Aurélio Canônico, Na Flip, como na Copa. *Folha de S.Paulo*, 08.07.2013. Adaptado)

02. No texto e na charge, está inscrita uma crítica
- (A) à qualidade dos serviços prestados pelos funcionários das obras, seja na Flip seja para a Copa.
 - (B) à publicidade exagerada para que as pessoas menos favorecidas usufruam os bens culturais sociais.
 - (C) à ausência de pessoas menos favorecidas como cidadãos participantes dos eventos esportivos no Brasil.
 - (D) à organização dos eventos literários e esportivos que gastam além da conta com as obras.
 - (E) ao pouco empenho que as pessoas no Brasil fazem para vivenciar a agenda cultural nacional.

03. Nas palavras do mexicano Juan Pablo Villalobos, fica evidente que o Brasil é um país em que

- (A) as diferenças sociais ainda são bastante acentuadas.
- (B) o repúdio às diferenças não ecoa na voz dos artistas.
- (C) as desigualdades sociais são pouco percebidas.
- (D) o esporte funciona como minimizador das diferenças.
- (E) a cultura esportiva é mal vista pela classe média alta.

Para responder às questões de números 04 e 05, considere a frase final do texto:

... esse cenário é “um **espelho** do que é o Brasil”.

04. O termo **espelho** está empregado em sentido

- (A) figurado, significando qualidade.
- (B) próprio, significando modelo.
- (C) figurado, significando advertência.
- (D) próprio, significando símbolo.
- (E) figurado, significando reflexo.

05. No trecho, usam-se as aspas para

- (A) marcar o discurso indireto.
- (B) indicar a fala irônica do autor.
- (C) introduzir o discurso direto.
- (D) suavizar o sentido do enunciado.
- (E) marcar pejorativamente o enunciado.

06. Observe as passagens textuais:

Na Flip, **como** nas Copas por aqui... (3.º parágrafo)
Como lembrou outro dos convidados da festa literária... (4.º parágrafo)

Conforme o contexto em que estão empregados, os termos em destaque remetem, correta e respectivamente, ao sentido de

- (A) causa e comparação.
- (B) comparação e conformidade.
- (C) conformidade e causa.
- (D) consequência e comparação.
- (E) condição e causa.

Considere o 2.º parágrafo do texto para responder às questões de números **07** e **08**:

Poderia ter dito o mesmo sobre a plateia da Tenda dos Autores, para a qual ele e mais de 40 outros se apresentaram. A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa: classe média alta.

07. Assinale a alternativa em que a reescrita do trecho está correta quanto à regência e ao uso ou não do acento indicativo da crase, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Poderia ter dito o mesmo em relação à plateia da Tenda dos Autores, em cuja ele e mais de 40 outros estiveram presentes. A audiência do evento literário afigura-se muito a dos eventos Fifa.
- (B) Poderia ter dito o mesmo em relação a plateia da Tenda dos Autores, aonde ele e mais de 40 outros estiveram presentes. A audiência do evento literário parece-se muito a dos eventos Fifa.
- (C) Poderia ter dito o mesmo em relação à plateia da Tenda dos Autores, que ele e mais de 40 outros estiveram presentes. A audiência do evento literário assemelha-se muito na dos eventos Fifa.
- (D) Poderia ter dito o mesmo em relação a plateia da Tenda dos Autores, de que ele e mais de 40 outros estiveram presentes. A audiência do evento literário parece muito com a dos eventos Fifa.
- (E) Poderia ter dito o mesmo em relação à plateia da Tenda dos Autores, na qual ele e mais de 40 outros estiveram presentes. A audiência do evento literário assemelha-se muito à dos eventos Fifa.

08. Conforme os sentidos do texto, eliminando-se o sinal de dois-pontos, a frase final do parágrafo admite a seguinte redação:

- (A) A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa, talvez, classe média alta.
- (B) A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa, qual seja, classe média alta.
- (C) A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa, até mesmo classe média alta.
- (D) A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa, no entanto, classe média alta.
- (E) A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa, ainda que classe média alta.

Para responder às questões de números **09** e **10**, leia o texto.

A Justiça determinou, no início da noite de ontem, a suspensão da construção do viaduto sobre as avenidas Antônio Sales e Engenheiro Santana Júnior, pela Prefeitura de Fortaleza. A decisão suspendeu também os cortes das árvores do Parque do Cocó para a execução da obra. Antes mesmo da decisão, também na noite de ontem, o Município **já** havia se pronunciado, por meio da assessoria de comunicação, afirmando compromisso de suspender as obras, **devido** a questionamento da Superintendência do Patrimônio da União (SPU).

(www.opovo.com.br, 23.07.2013. Adaptado)

09. Os termos “já” e “devido”, em destaque, conforme o contexto em que estão empregados, expressam, correta e respectivamente, sentido de

- (A) tempo e comparação.
- (B) modo e consequência.
- (C) afirmação e comparação.
- (D) tempo e causa.
- (E) afirmação e condição.

10. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o tempo verbal composto em – havia se pronunciado – equivale a

- (A) se pronunciará.
- (B) se pronuncia.
- (C) se pronunciava.
- (D) se pronunciou.
- (E) se pronunciará.

11. Leia a charge.



Na charge, o efeito de humor decorre de

- (A) uma relação de oposição entre os termos “médico” e “Cuba”.
- (B) uma resposta sem sentido sobre o que foi perguntado.
- (C) um termo empregado em sentido figurado: “Cuba”.
- (D) um trocadilho com os termos “Cuba” e “incubadora”.
- (E) um termo fora do contexto da conversa: “incubadora”.

Leia o texto para responder às questões de números 12 a 15.

Barreira da língua

A barreira da língua e dos regionalismos parece um mero detalhe em meio a tantas outras questões mais sérias já levantadas, como a falta de remédios, de equipes e de infraestrutura, mas não é.

Como é possível estabelecer uma relação médico-paciente, um diagnóstico correto, se o médico não compreende o paciente e vice-versa?

Sim, essa dificuldade já existe no Brasil mesmo com médicos e pacientes falando português, mas ela só tende a piorar com o “portunhol” que se vislumbra pela frente.

O ministro da Saúde já disse que isso não será problema, que é mais fácil treinar um médico em português do que ficar esperando sete ou oito anos até um médico brasileiro ser formado.

Experiências internacionais, porém, mostram que não é tão fácil assim. Na Alemanha, mesmo com a exigência da proficiência na língua, um estudo constatou atraso de diagnósticos pelo fato de o médico estrangeiro não conseguir entender direito os sintomas de pacientes.

Além disso, há queixa dos profissionais alemães, que se sentem sobrecarregados por terem de atuar como intérpretes dos colegas de fora.

Nada contra a vinda dos estrangeiros, desde que estejam aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, porém, se três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é tempo suficiente para isso.

(Cláudia Collucci, Barreira da língua. *Folha de S.Paulo*, 03.07.2013. Adaptado)

12. No texto, a autora argumenta que, no Brasil,

- (A) o bom senso tem dominado quando se trata da saúde das pessoas, pois os médicos, na maioria das vezes, esforçam-se por uma boa comunicação.
- (B) as dificuldades de comunicação entre pacientes e médicos já são flagrantes e tenderão a intensificar-se com a chegada dos profissionais estrangeiros.
- (C) os profissionais atuam de forma distinta do que se vê nas experiências internacionais, o que concorre para um atendimento mais rápido e eficiente.
- (D) a proficiência da língua é uma questão secundária, uma vez que aqui, normalmente, utilizam-se subterfúgios de comunicação, como o “portunhol”.
- (E) a comunicação é bastante precária, porque normalmente os médicos acabam por não se preocupar com as questões de saúde da população.

13. Ao citar a experiência da Alemanha, a autora pretende

- (A) minimizar problemáticas advindas de eventuais contratempos de comunicação dos estrangeiros.
- (B) mostrar que a barreira linguística, problema em outros países, inexistente no Brasil.
- (C) ironizar as considerações do ministro e enfatizar a importância dos médicos estrangeiros.
- (D) justificar a relevância da perspectiva do ministro da Saúde sobre os direitos da população.
- (E) relativizar o ponto de vista do ministro da Saúde sobre a questão do domínio da língua.

14. No trecho – ... essa dificuldade já existe no Brasil **mesmo** com médicos e pacientes falando português... – (3.º parágrafo), o termo em destaque assume o sentido de

- (A) dúvida e equivale a “talvez”.
- (B) afirmação e equivale a “realmente”.
- (C) inclusão e equivale a “também”.
- (D) intensidade e equivale a “inclusive”.
- (E) oposição e equivale a “apesar de”.

15. Considere o parágrafo final do texto:

Nada contra a vinda dos estrangeiros, desde que estejam aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, porém, se três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é tempo suficiente para isso.

Mantendo-se os sentidos originais, ele está corretamente reescrito de acordo com a norma-padrão em:

- (A) Nada contra a vinda dos estrangeiros, se estiverem aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, no entanto: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é suficiente para isso?
- (B) Nada contra a vinda dos estrangeiros, caso estão aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, todavia: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, são suficiente para isso?
- (C) Nada contra a vinda dos estrangeiros, quando estarão aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, portanto: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, são suficientes para isso?
- (D) Nada contra a vinda dos estrangeiros, mas estariam aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, apesar disso: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é suficiente para isso.
- (E) Nada contra a vinda dos estrangeiros, pois estarão aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, por conseguinte: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, são suficiente para isso.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16. A imagem a seguir, retirada do MS-Windows 7, em sua configuração padrão, mostra opções exibidas ao passar o *mouse* sobre a seta ao lado do botão desligar no menu iniciar.



Selecionar a opção “Trocar usuário” permite

- (A) alternar usuários sem fechar os programas da sessão atual.
 - (B) trocar a senha do usuário da sessão atual.
 - (C) trocar as propriedades do usuário da sessão atual.
 - (D) criar um novo usuário para o Windows.
 - (E) criar uma nova senha para o usuário da sessão atual.
17. A figura a seguir mostra um documento sendo editado no MS-Word 2010, em sua configuração padrão.

Tinha uma pedras no meio do caminho.

E dois cachoros ao lado da pedra.

Assinale a alternativa correta em relação aos recursos de verificação ortográfica e gramatical do MS-Word 2010 aplicados aos trechos “uma pedras” e “cachoros”.

- (A) O trecho “uma pedras” será marcado em vermelho. E o trecho “cachoros” será marcado em verde.
 - (B) Ambos os trechos serão marcados em verde.
 - (C) O trecho “uma pedras” será marcado em verde. E o trecho “cachoros” será marcado em vermelho.
 - (D) Ambos os trechos serão marcados em vermelho.
 - (E) O trecho “uma pedras” será marcado em vermelho por ser um erro de ortografia.
18. A figura a seguir mostra uma planilha sendo editada no MS-Excel 2010, em sua configuração padrão.

	A	B	C
1	2	5	6
2	8	2	2
3	1	2	3
4			

A célula A4 será preenchida com a fórmula =SE(C1>2;5;3). Depois, a célula B4 será preenchida com a fórmula =SE(C2>2;5;3).

Depois, a célula C4 será preenchida com a fórmula =A4+B4.

Assinale a alternativa que contém o valor correto exibido na célula C4.

- (A) 2
- (B) 3
- (C) 6
- (D) 8
- (E) 10

19. O ícone exibido a seguir foi retirado do grupo Fonte da guia Página Inicial do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão.



O ícone exibido permite

- (A) acionar o antivírus no *slide* atual.
 - (B) ajustar o espaçamento entre caracteres.
 - (C) acionar o antivírus em todos os *slides*.
 - (D) centralizar os objetos do *slide*.
 - (E) inserir um objeto de vídeo no *slide* atual.
20. Um usuário do MS-Windows 7 navega na internet por meio do Internet Explorer 9, ambos em configuração padrão. Ao clicar com o botão direito (com o *mouse* configurado para destros) sobre um *link* de uma página, uma das opções exibidas permite abrir o *link* em uma nova guia. Usar a opção para abrir em nova guia _____.
- Assinale a alternativa que completa o enunciado corretamente.
- (A) fechará a janela atual do Internet Explorer
 - (B) abrirá uma nova janela do Internet Explorer
 - (C) criará uma nova guia dentro da janela atual do Internet Explorer
 - (D) abrirá uma nova guia dentro de uma nova janela do Internet Explorer
 - (E) criará uma nova janela dentro da guia atual do Internet Explorer

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Considerando que um Município irá contratar uma dupla sertaneja para apresentação em festa comemorativa ao aniversário da cidade, assinale a alternativa correta.
- (A) A contratação exige licitação, na modalidade convite, para selecionar a melhor proposta.
 - (B) A contratação exige licitação, na modalidade tomada de preço, para selecionar a melhor proposta.
 - (C) A contratação exige licitação, na modalidade concurso, para selecionar a melhor proposta.
 - (D) Haverá contratação direta, por inexigibilidade de licitação, por impossibilidade de seleção segundo critérios objetivos.
 - (E) Exige-se a comprovação de notória especialização no tipo de execução artística e idoneidade da dupla para motivar a contratação.
22. Determinado Município, com o intuito de diminuir a poluição causada pelos veículos automotores, impõe, mediante lei, restrição de sua circulação. Assinale a alternativa correta quanto a este ato administrativo.
- (A) Esta restrição de trânsito insere-se na conceituação de poder de polícia, com vistas a coibir ou limitar o exercício de direitos.
 - (B) Trata-se de exercício do ato discricionário da administração pública, mas sem poder vinculativo.
 - (C) Por ser a normatização de trânsito um serviço público, trata-se de mera regulamentação administrativa em sua prestação.
 - (D) Visando assegurar a fruição dos direitos fundamentais, em maior alcance o da saúde, trata-se de regulamentação do setor automobilístico.
 - (E) Por não poder ofender o direito adquirido, gerado sob a vigência de disciplina normativa anterior, será possível impugnar o ato.
23. Sobre o parcelamento do solo urbano e as restrições urbanístico-ambientais convencionais, é correto dizer que
- (A) é possível revogar casuisticamente as convenções particulares firmadas nos registros imobiliários.
 - (B) incorporam uma natureza *propter rem* no que se refere à sua relação com o imóvel e aos seus efeitos sobre os não-contratantes.
 - (C) as cláusulas urbanístico-ambientais convencionais, mais rígidas que as restrições legais, são incompatíveis com legislação urbanística mais flexível.
 - (D) declaração das restrições urbanísticas convencionais do loteamento não podem criar regras de maior restrição urbanística.
 - (E) declaração das restrições urbanísticas convencionais do loteamento só valem para imóveis após seu tombamento.
24. Sobre a prática de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.
- (A) A configuração dos atos de improbidade administrativa exige a presença do efetivo dano ao erário, com a demonstração da ocorrência de grave prejuízo ao erário.
 - (B) A autoridade que praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência deverá ser condenada com a efetiva demonstração do prejuízo ao erário público.
 - (C) O ato do agente que atente contra os princípios administrativos se traduz como improbidade administrativa, não se exigindo que, no caso, tenha havido dano ou prejuízo ao erário.
 - (D) O agente que realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea pratica ato de improbidade, independentemente de comprovação de prejuízo ao erário.
 - (E) Sem dano ao erário, não há que se falar em improbidade administrativa e, conseqüentemente, no cabimento da ação civil respectiva para ressarcir os cofres públicos.
25. É inexigível a licitação
- (A) para obras e serviços de engenharia de valor até 10% do limite de R\$ 150.000,00.
 - (B) nos casos em que a lei prever a modalidade de licitação por convite, em valores preestabelecidos.
 - (C) na compra de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo.
 - (D) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem, assim como nos casos de emergência ou de calamidade pública.
 - (E) para contratação de parecer, de natureza singular, com profissional de notória especialização.

- 26.** Assinale a alternativa correta quanto às características jurídicas de uma autarquia.
- (A) Tem o poder de criar o próprio direito, quando destinadas ao controle e incentivo à produção.
 - (B) Sujeita-se ao controle estatal, independentemente de ter personalidade jurídica de direito privado.
 - (C) Está sujeita ao princípio da especialidade, não se sujeitando a processo especial de execução.
 - (D) Possui imunidade tributária relativa aos impostos sobre a renda vinculada às suas finalidades essenciais.
 - (E) Em razão da autoadministração, tem disponibilidade livre de seus bens a título oneroso.
- 27.** Ocorrendo a nomeação de servidor público concursado a função de provimento comissionado, assinale a alternativa correta.
- (A) Haverá a vacância de seu cargo, podendo ser provido com a realização de concurso público.
 - (B) Haverá a vacância de seu cargo, devendo ser provido no prazo máximo de 120 dias.
 - (C) Haverá a vacância de seu cargo, a ser provido pelos meios legalmente previstos.
 - (D) A nomeação de servidor para o exercício de função comissionada é caso de cumulação indevida de funções.
 - (E) A nomeação de servidor para o exercício de função comissionada não é causa de vacância.
- 28.** Quanto ao processo administrativo disciplinar, assinale a alternativa correta.
- (A) É obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar.
 - (B) Recebida denúncia anônima, a Administração tem a obrigação de deflagrar processo administrativo disciplinar.
 - (C) O prazo prescricional para a aplicação de penalidade administrativa inicia-se quando foram cometidas as irregularidades a serem apuradas.
 - (D) Não é possível sua instauração e aplicação de penalidade enquanto o servidor estiver de licença médica.
 - (E) Não é meio hábil para aplicação da pena de cassação de aposentadoria, que exige reconhecimento judicial.
- 29.** Em relação ao Estado Federal, é correto afirmar que
- (A) os municípios podem incorporar-se, entre si, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito e do Congresso Nacional, por lei complementar.
 - (B) é competência exclusiva da União estabelecer cultos religiosos ou igrejas.
 - (C) é competência exclusiva da União zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas.
 - (D) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre juntas comerciais.
 - (E) cabe aos municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.
- 30.** Assinale a alternativa correta em relação à cooperação administrativa e aos municípios na federação brasileira.
- (A) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Poder Executivo Municipal.
 - (B) As aglomerações urbanas são constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
 - (C) A criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais é permitida apenas para os municípios que possuam mais de 500 mil habitantes.
 - (D) A fiscalização mediante controle externo do Poder Executivo Municipal será exercida pelos Tribunais de Contas dos Estados, ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
 - (E) Os Municípios poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
- 31.** É da competência exclusiva do Congresso Nacional
- (A) apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
 - (B) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
 - (C) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
 - (D) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Presidente e diretores do banco central.
 - (E) suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

32. No tocante aos direitos e garantias individuais, é correto afirmar que
- (A) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, dependendo de licença apenas os casos expressamente indicados em lei.
 - (B) aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo por eles fixados.
 - (C) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
 - (D) a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática do tráfico ilícito de armas e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
 - (E) são absolutamente vedadas a aplicação de penas cruéis, de morte, de caráter perpétuo, de trabalhos forçados e de banimento.
33. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por
- (A) partido político com representação na Assembleia Legislativa.
 - (B) qualquer cidadão desde que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
 - (C) organização sem fins lucrativos, desde que limitado a proteger o meio ambiente ou o patrimônio histórico e cultural.
 - (D) prefeito municipal desde que no interesse local.
 - (E) entidade de classe legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
34. Em relação ao controle de constitucionalidade, é correto afirmar que
- (A) a ação direta de inconstitucionalidade pode ser proposta pelo Governador de Estado.
 - (B) declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.
 - (C) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante poderá ser provocada por aqueles que podem propor ação popular.
 - (E) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade é de competência do Superior Tribunal de Justiça.
35. Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, serão aposentados
- (A) compulsoriamente, aos sessenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
 - (B) voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público, cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria e tiverem sessenta anos de idade com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
 - (C) por invalidez permanente se decorrente de acidente em serviço, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
 - (D) voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria e, se mulher, tiver cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição.
 - (E) compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos integrais.
36. Com relação à Política Urbana, é correto afirmar que
- (A) o plano diretor, aprovado pela Assembleia Legislativa, obrigatório para cidades com mais de cem mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
 - (B) as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
 - (C) aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por três anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
 - (D) o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para todas as cidades, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
 - (E) aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por dois anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

37. Assinale a alternativa correta acerca do instituto da condição, considerada como elemento acidental do negócio jurídico.
- (A) Considera-se cláusula condicional aquela que subordina o efeito do negócio jurídico a um evento futuro e certo.
 - (B) Não se admite o deliberado comportamento malicioso de uma das partes, com o objetivo de forçar a realização da condição que a aproveita.
 - (C) É admitida a estipulação de condição que, para sua realização, dependa exclusivamente da vontade de uma das partes.
 - (D) A legislação civil admite a estipulação de condição suspensiva e veda a estipulação de condição resolutiva.
 - (E) As condições incompreensíveis ou contraditórias ficam subordinadas à interpretação, em consonância com a real vontade das partes, mas não são causa de invalidade do negócio.
38. No que tange ao instituto da hipoteca, assinale a alternativa correta.
- (A) O direito de uso especial para fins de moradia não pode ser objeto de hipoteca.
 - (B) Em se tratando de hipoteca convencional e considerado o mesmo título constitutivo, inexistente prazo máximo para subsistir a garantia.
 - (C) Não se admite a constituição de hipoteca para garantia de dívida futura.
 - (D) É admitida a estipulação de vencimento antecipado do crédito hipotecário em caso de alienação do bem.
 - (E) A hipoteca legal independe de registro.
39. Assinale a alternativa correta, de acordo com a disciplina geral dos contratos no Código Civil de 2002.
- (A) Nos contratos de adesão, as cláusulas ambíguas são nulas de pleno direito, ainda que possível interpretá-las em benefício de uma das partes.
 - (B) Nas ofertas ao público, em regra, sua revogação depende de ressalva desta possibilidade na própria oferta realizada.
 - (C) O contrato preliminar, pela sua natureza, em regra, não permite que uma das partes exija a celebração do contrato definitivo.
 - (D) A herança de pessoa viva pode ser objeto de contrato, desde que haja expressa anuência de todos os herdeiros necessários.
 - (E) Em regra, a proposta de contrato não obriga o proponente, salvo se já houver iniciado atos de execução das obrigações que o contrato lhe impunha.
40. No que diz respeito à sistemática do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90), é possível afirmar que
- (A) a melhoria dos serviços públicos integra a Política Nacional de Relações de Consumo.
 - (B) os conceitos de vulnerabilidade e hipossuficiência se confundem, formando um só princípio norteador.
 - (C) de acordo com a Política Nacional de Relações de Consumo, não é desejável a presença do Estado no mercado de consumo.
 - (D) o desenvolvimento econômico e tecnológico deve ser obstado sempre que representar alguma forma de prejuízo aos consumidores, difusamente considerados.
 - (E) as associações de defesa do consumidor não fazem parte da Política Nacional de Relações de Consumo.
41. Assinale a alternativa correta sobre o regime de bens entre os cônjuges.
- (A) No Brasil não se admite a possibilidade de alteração do regime de bens, exceto na hipótese de abandono do lar por um dos cônjuges.
 - (B) Para eleger o regime da comunhão parcial de bens é imprescindível a confecção de pacto antenupcial por escritura pública.
 - (C) O casamento celebrado entre menores em idade núbil, com autorização judicial para suprir a falta de aquiescência de um dos pais, segue necessariamente o regime legal da separação de bens.
 - (D) No regime de comunhão universal de bens, a alienação de bem imóvel por um dos cônjuges, sem anuência do outro, torna o ato nulo de pleno direito.
 - (E) Os menores púberes que se casam, com aquiescência de seus representantes legais, podem celebrar pacto antenupcial para dispor acerca do regime de bens independentemente da aprovação do documento pelos seus representantes.
42. De acordo com o Código Civil de 2002 e com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta sobre o instituto da tutela.
- (A) A tutela cessa quando o menor completa 16 (dezesesseis) anos, a partir de quando já pode gerir os atos de sua vida civil.
 - (B) Independentemente de quantos são, a existência de outros filhos sob a autoridade de uma pessoa não é hipótese para que esta se escuse do exercício da tutela.
 - (C) A legislação brasileira não admite que haja nomeação de pessoa específica para fiscalizar os atos do tutor, de modo que este tem autonomia para exercer o encargo, respondendo pela sua administração.
 - (D) O tutor indicado em conjunto pelos pais, por meio de testamento público, dependerá de procedimento judicial que avaliará a conveniência do exercício do encargo pela pessoa indicada.
 - (E) Por se tratar de um múnus público, não se admite que o tutor receba remuneração pelo exercício do encargo, ressalvado seu direito de reembolso pelas despesas decorrentes da tutela.

43. Em regra, são herdeiros necessários apenas
- (A) os descendentes e ascendentes.
 - (B) os descendentes e o cônjuge.
 - (C) os descendentes e colaterais até segundo grau.
 - (D) os descendentes, ascendentes e colaterais até segundo grau.
 - (E) os descendentes, ascendentes e o cônjuge.
44. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que o representante do Ministério Público
- (A) pode requisitar informações e documentos de autoridades dos diversos níveis da Administração Pública, bem como dos particulares e das instituições privadas.
 - (B) pode promover inquérito civil, mas não pode determinar a instauração de inquérito policial.
 - (C) deve ter acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, desde que no exercício de suas funções e com a competente autorização judicial.
 - (D) será intimado por edital dos processos que porventura tenha interesse em atuar, devendo manifestar-se para ter vista dos autos pelo prazo legal.
 - (E) pode deixar de fundamentar seus pareceres e manifestações processuais, na medida em que o Ministério Público goza de independência funcional.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

45. Sobre o controle de constitucionalidade de uma lei municipal que afronta a Constituição Estadual, assinale a alternativa correta quanto à competência para propositura da ação direta de inconstitucionalidade.
- (A) Juízo Comum Estadual.
 - (B) Justiça Federal.
 - (C) Tribunal de Justiça.
 - (D) Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) Supremo Tribunal Federal.
46. No que diz respeito ao Ministério Público e o conflito de competência quando dois ou mais juízes se declararem competentes, assinale a alternativa correta.
- (A) Será ouvido em todos os conflitos de competência.
 - (B) Não poderá suscitar conflitos de competência.
 - (C) Poderá suscitar, desde que atue como parte na ação.
 - (D) Suscitado pelo Ministério Público, será ouvido o Procurador Geral.
 - (E) Será declarado competente o juiz indicado pelo Ministério Público.

47. Sobre as provas, é correto dizer que
- (A) o ônus da prova compete ao réu quanto ao fato constitutivo e impeditivo do seu direito.
 - (B) o ônus da prova compete ao autor quanto à existência de fato extintivo do direito do réu.
 - (C) não dependem de prova os fatos alegados pelo Ministério Público em ação que atua como fiscal da lei.
 - (D) dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.
 - (E) a parte que alegar direito municipal, provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o determinar o juiz.
48. A audiência de instrução e julgamento poderá ser adiada
- (A) todas as vezes que qualquer uma das partes solicitar.
 - (B) apenas quando houver requerimento da parte autora.
 - (C) por convenção das partes, caso em que só será admissível uma vez.
 - (D) quando o Ministério Público requerer a extinção do processo.
 - (E) a pedido de terceiro interessado que pretende ingressar no feito.
49. É cabível ação civil pública para discutir danos relativos
- (A) aos tributos.
 - (B) aos direitos previdenciários.
 - (C) ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
 - (D) à ordem urbanística.
 - (E) aos fundos de natureza institucional ainda que os beneficiários possam ser individualmente determinados.
50. Faz coisa julgada:
- (A) o motivo importante para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
 - (B) a resolução da questão prejudicial, se a parte o requerer, no momento oportuno, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.
 - (C) a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença e plenamente declarado pelo juiz em sentença, desde que confirmado pelo tribunal em sede de apelação.
 - (D) a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo, por se tratar de decisão que altera o teor da decisão na ação principal.
 - (E) a fundamentação da sentença proferida por juiz, ainda que relativamente incompetente, estabelecida em decisão proferida em recurso de embargos de declaração interpostos para esta finalidade.

51. Da decisão de liquidação de sentença
- (A) caberá o recurso de agravo retido.
 - (B) caberá o recurso de agravo de instrumento.
 - (C) caberá o recurso de apelação.
 - (D) caberá o recurso de embargos infringentes.
 - (E) não caberá recurso.
52. A competência para processar e julgar mandado de injunção firma-se
- (A) em razão do valor.
 - (B) de acordo com a autoridade a quem é atribuída a elaboração da norma regulamentadora.
 - (C) no local em que se deixou de praticar o ato normativo.
 - (D) na Justiça Estadual se proposta a ação pelo Ministério Público estadual.
 - (E) exclusivamente pela Lei de Organização Judiciária.

DIREITO PENAL

53. A lei penal posterior ao fato criminoso
- (A) não tem aplicação retroativa.
 - (B) aplica-se retroativamente, com exclusão dos fatos decididos por sentença transitada em julgado.
 - (C) se mais benéfica ao agente, aplica-se-lhe, a menos que o fato tenha sido praticado durante vigência de lei excepcional ou temporária.
 - (D) aplica-se a fatos anteriores, mesmo sendo mais gravosa ao agente, mas apenas se o fato ainda não foi decidido por sentença de primeiro grau.
 - (E) tem aplicação retroativa se vigente antes do oferecimento da denúncia, independentemente de ser mais gravosa ou benéfica ao agente.
54. Nos estritos termos do art. 7.º, I do CP, fica sujeito à lei penal brasileira, mesmo cometido no estrangeiro, e ainda que lá absolvido o agente, o crime
- (A) cometido por qualquer brasileiro.
 - (B) cometido contra qualquer brasileiro.
 - (C) contra a honra do Presidente da República.
 - (D) contra o patrimônio de sociedade de economia mista.
 - (E) contra a vida de qualquer funcionário público no exercício de sua função.

55. Nos termos do art.16 do CP, o agente que, por ato voluntário, repara o dano ou restitui a coisa, até o recebimento da denúncia ou queixa,
- (A) apenas responderá pelos atos já praticados, *desde que* seja primário.
 - (B) fica isento de pena, *desde que* o crime não seja punido a título de culpa.
 - (C) fica isento de pena, *desde que* tenha recebido ordem manifestamente ilegal de superior hierárquico.
 - (D) será beneficiado com a redução de 1/3 a 2/3 da pena, *desde que* o crime seja cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa.
 - (E) não comete crime consumado, ficando sujeito a responder por crime tentado, *desde que* a tipificação jurídica comporte tal configuração punitiva.
56. É causa de extinção da punibilidade o/a
- (A) perdão judicial.
 - (B) inimputabilidade.
 - (C) semi-imputabilidade.
 - (D) adequação social da conduta.
 - (E) inexigibilidade de conduta diversa.
57. Para o agente que tenha mais de 70 (setenta) anos na data da sentença, o prazo mínimo e máximo de prescrição, considerando como base os lapsos previstos no art. 109 do CP é, em anos, respectivamente,
- (A) 3 e 20.
 - (B) 2 e 15.
 - (C) 2 e 10.
 - (D) 1,5 e 15.
 - (E) 1,5 e 10.
58. Assinale a alternativa que traz apenas crimes que demandem expressamente no tipo penal, para sua configuração, a exposição a perigo da vida, da integridade física ou do patrimônio de outrem.
- (A) Incêndio; explosão; uso de gás tóxico ou asfixiante.
 - (B) Incêndio; desabamento; fabrico de gás tóxico ou asfixiante.
 - (C) Inundação; perigo de inundação; difusão de doença ou praga.
 - (D) Explosão; desmoronamento; transporte de gás tóxico ou asfixiante.
 - (E) Perigo de inundação; incêndio; aquisição de gás tóxico ou asfixiante.

59. O crime de exercício arbitrário das próprias razões, conforme exclusiva prescrição do art. 345 do CP,
- (A) somente se procede mediante representação.
 - (B) tem pena diminuída se a pretensão do agente é legítima.
 - (C) é punido com pena de reclusão, mesmo que não tenha havido violência.
 - (D) é punido com pena privativa de liberdade, obrigatoriamente cumulada com multa.
 - (E) somente se procede mediante queixa, desde que não tenha havido emprego de violência.
60. Desde que presentes algumas circunstâncias especificamente descritas no artigo de lei que trata do tipo penal, somadas à primariedade e aos bons antecedentes do agente, é facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ao autor do crime de
- (A) subtração ou inutilização de livro ou documento.
 - (B) sonegação de contribuição previdenciária.
 - (C) inutilização de edital ou de sinal.
 - (D) usurpação de função pública.
 - (E) contrabando ou descaminho.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

61. Nos termos da redação do § 2.º do art. 5.º, do CPP, contra o despacho do Delegado de Polícia que indefere o requerimento de instauração de inquérito policial
- (A) não cabe recurso.
 - (B) cabe recurso ao Chefe de Polícia.
 - (C) cabe recurso ao Promotor de Justiça.
 - (D) cabe recurso ao Procurador Geral de Justiça.
 - (E) cabe recurso ao Juiz Corregedor da Polícia Judiciária.
62. Nos crimes cujo processo se dá mediante representação, esta é
- (A) retratável até a sentença.
 - (B) retratável até o trânsito em julgado.
 - (C) retratável até a decisão de segundo grau.
 - (D) irretratável.
 - (E) irretratável depois de oferecida a denúncia.

63. A propositura de ação civil contra o penalmente acusado, pelo mesmo fato, fica obstada quando houver:
- I. decisão que julgar extinta a punibilidade;
 - II. despacho de arquivamento do inquérito policial;
 - III. sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime.

Assinale a alternativa que corresponde à verdade (V) ou falsidade (F) das assertivas I, II e III, respectivamente.

- (A) V – V – V
- (B) V – V – F
- (C) V – F – F
- (D) F – F – F
- (E) F – F – V

64. A acareação, no CPP, é admitida para resolver divergência entre as versões apresentadas, e pode ser realizada entre

- (A) acusados, entre acusado e testemunha, entre testemunhas, entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, e entre as pessoas ofendidas.
- (B) acusado e a pessoa ofendida, e entre testemunhas, apenas.
- (C) pessoas ofendidas e testemunhas, apenas.
- (D) testemunhas, apenas.
- (E) acusados, apenas.

65. Qualquer das partes poderá, no prazo de _____ dias, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver _____ .

Assinale a alternativa cujas expressões completam adequadamente a norma do CPP acerca dos embargos de declaração de sentença.

- (A) 2 (dois) ... obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão
- (B) 2 (dois) ... obscuridade, contradição ou omissão
- (C) 5 (cinco) ... obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão
- (D) 5 (cinco) ... obscuridade, contradição ou omissão
- (E) 5 (cinco) ... obscuridade ou contradição

66. Se o juiz, no momento de sentenciar, sem modificar o fato descrito na denúncia ou queixa, entender que deve atribuir definição jurídica diversa daquela que consta da peça inicial acusatória, deverá
- remeter os autos à parte acusatória, a fim de que a inicial seja emendada.
 - proferir sentença, extinguindo o processo sem julgamento de mérito, pela ausência de condição da ação.
 - proferir sentença, ainda que a nova definição jurídica atribuída pelo magistrado importe em pena mais elevada que a do tipo penal inscrito na inicial acusatória.
 - proferir sentença, absolvendo o acusado, diante da patente incompatibilidade entre o fato narrado na denúncia ou queixa e a qualificação jurídica feita pela acusação.
 - proferir sentença se a nova definição jurídica for mais favorável ao acusado ou oferecer a possibilidade de adiamento da denúncia ou queixa, caso a nova definição seja mais gravosa ao acusado.
67. A prisão temporária dos acusados por crime hediondo terá o prazo de 30 (trinta) dias,
- improrrogável.
 - prorrogável por igual período em caso de extrema necessidade.
 - prorrogável por quantos outros tantos períodos de 30 (trinta) dias forem necessários, mediante decisão judicial fundamentada.
 - podendo, contudo, desde o início, ser decretada por período superior, desde que mediante decisão judicial fundamentada.
 - automaticamente prorrogável por igual período se não houver revogação da determinação judicial que determinou o primeiro período.
68. De acordo com art. 2.º, III, do DL 201/67, que trata dos crimes de responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, para alguns fatos típicos, ao receber a denúncia o Juiz deve decidir sobre a necessidade de custódia cautelar do acusado (prisão preventiva) e sobre seu afastamento do cargo. Ainda segundo o mesmo texto legal, o recurso cabível contra a decisão que determina a prisão ou o afastamento do cargo é
- a apelação, com efeito suspensivo.
 - a apelação, sem efeito suspensivo.
 - o recurso em sentido estrito, com efeito suspensivo.
 - o recurso em sentido estrito, sem efeito suspensivo.
 - o *habeas corpus* e o mandado de segurança, respectivamente.
69. Segundo a lei que regulamenta os planos de carreiras dos servidores administrativos do Ministério Público do Espírito Santo, o grupo operacional administrativo é formado pelas carreiras e cargos que especifica. A Carreira Técnica Operacional inclui os cargos de Agente de
- Apoio, Agente de Inspeção e Agente Técnico.
 - Promotoria, Agente de Apoio e Agente Consultivo.
 - Promotoria, Agente Técnico e Agente Especializado.
 - Gabinete, Agente de Promotoria e Agente de Apoio.
 - Gabinete, Agente de Secretaria e Agente Especializado.
70. No Ministério Público do Espírito Santo, a promoção funcional do servidor possui duas modalidades, sendo horizontal quando da mudança de nível na mesma classe do cargo, e vertical, quando da mudança para classe superior do mesmo cargo. O processo de promoção é realizado
- semestralmente.
 - anualmente.
 - bienalmente.
 - trienalmente.
 - quinquenalmente.
71. É correto afirmar, supondo hipoteticamente que João tenha ingressado no Ministério Público do Espírito Santo por concurso público, que, para efeitos da Comissão de Promoção e de Estágio Probatório, será avaliado mediante os seguintes fatores:
- merecimento, desempenho e assiduidade.
 - merecimento, desempenho e profissional.
 - merecimento, antiguidade e profissional.
 - antiguidade, profissional e desempenho.
 - antiguidade, profissional e assiduidade.
72. Considerando as disposições da lei que disciplina o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo, assinale a alternativa que corretamente traduz uma situação na qual o servidor poderá ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo.
- Por dois dias consecutivos, para apresentação obrigatória em órgão militar.
 - Por um dia, a cada seis meses, para doação de sangue.
 - Por até cinco dias consecutivos, por motivo de casamento.
 - Por cinco dias consecutivos, por motivo de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, filhos ou irmãos.
 - Por até dez dias consecutivos, para prestação de concurso público.

73. De acordo com a lei que disciplina a matéria, no Estado do Espírito Santo, a reinvestidura do servidor público estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão, por decisão administrativa ou judicial, transitada em julgado, com pleno ressarcimento dos vencimentos, direitos e vantagens permanentes, denomina-se
- (A) reintegração.
 - (B) aproveitamento.
 - (C) recondução.
 - (D) ascensão.
 - (E) reversão.
74. Após cada decêndio ininterrupto de efetivo exercício prestado à administração direta, às autarquias e fundações do Estado do Espírito Santo, o servidor público em atividade terá direito a um adicional de assiduidade, em caráter permanente, a um percentual sobre o vencimento básico do cargo, respeitado o limite estabelecido em lei, correspondente a
- (A) 2%.
 - (B) 3%.
 - (C) 5%.
 - (D) 7%.
 - (E) 10%.
75. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida mediante controle externo e pelo sistema de controle interno. Os controles externo e interno são exercidos respectivamente, pelo Poder
- (A) Judiciário e pela Assessoria de Controle Interno.
 - (B) Legislativo e Assessoria de Controle Interno.
 - (C) Executivo e Procurador-Geral de Justiça.
 - (D) Legislativo e Comissão integrada por servidores do Ministério Público.
 - (E) Executivo e Comissão integrada por membros do Ministério Público.
76. Em conformidade com a lei que rege a licitação, toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais, é considerada
- (A) obra.
 - (B) serviço.
 - (C) compra.
 - (D) tarefa.
 - (E) empreitada.
77. É modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias. A referida modalidade corresponde ao conceito de
- (A) concorrência.
 - (B) tomada de preços.
 - (C) convite.
 - (D) leilão.
 - (E) concurso.
78. Determina, expressamente, a Lei n.º 8.666/93 que os contratos administrativos por ela disciplinados regulam-se pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, as disposições do direito privado e os princípios da
- (A) especialização.
 - (B) capacidade contributiva.
 - (C) teoria geral dos contratos.
 - (D) teoria específica dos contratos públicos.
 - (E) motivação.
79. Dentre outras hipóteses previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, compreende-se como renúncia de receita
- (A) a concessão de isenção em caráter geral.
 - (B) a concessão de imunidade.
 - (C) a alteração de alíquota que implique em redução do imposto de importação.
 - (D) o crédito presumido.
 - (E) o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao respectivo custo de cobrança.
80. A assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento *a posteriori* de bens ou serviços, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedada e equipara-se a
- (A) refinanciamento da dívida.
 - (B) restos a pagar.
 - (C) operação de crédito.
 - (D) dívida pública consolidada.
 - (E) dívida pública mobiliária.

